

Clínicas do Testemunho como lugar de memória e reparação: tentativa de implantação do projeto no noroeste do RS ^{1 2}

RESUMO:

Este trabalho faz parte de uma investigação a respeito dos “dispositivos de gestão do sofrimento de vítimas de violência no Brasil e hierarquias morais”. O campo desta etnografia é a experiência de interiorização do projeto Clínicas do Testemunho, dispositivo de reparação psíquica aos afetados pela ditadura militar brasileira, criado pela Comissão de Anistia. Introduzimos o texto com breve descrição sobre a movimentação de coletivos de vítimas junto a Comissão de Anistia em busca de dispositivo para a reparação psíquica e a instalação do Projeto C.T em Porto Alegre a partir de associações psicanalíticas. Na primeira parte tratamos de descrever densamente as movimentações para a implantação do Projeto na cidade de Ijuí, noroeste do RS, refletindo sobre o repertório de ação dos grupos que protagonizaram a experiência: professores universitários do curso de Psicologia, História e Direitos Humanos articulados com psicanalistas da Associação Psicanalítica de Porto Alegre, onde se destacou a presença de testemunhas locais, regionais e internacionais, tecendo as articulações entre os pilares da Justiça de Transição - direito a memória e a reparação (psíquica) . Na parte final, desde a análise do material coletado em campo, reflete-se sobre a construção social das vítimas – a luz de referências como Vechhioli.2013,2014, Sarti,2011, Gatti, 2016 e outros – e, em especial, se pretende conhecer como a burocracia estatal e o corpo de legislação conduz ao silenciamento/esquecimento/não reconhecimento e o lugar do projeto Clínicas do Testemunho no resgate a memória social submersa, tomando referências em Candau,2002, Pollack,2006, Sarlo, 2005, o papel da memória e dos testemunhos na gestão do sofrimento das vítimas.

Palavras-chave: Memória, Clínicas do Testemunho, Antropologia.

INTRODUÇÃO

¹Trabalho apresentado na 34ª reunião Brasileira de Antropologia, 2024.

² Iris Fátima Alves Campos, UFSM/ RS/ BR

Certo dia, no Restaurante Universitário, um professor/engenheiro que ministrava aulas de matemática me diz assim: “você saem lá das freiras sem saber nada. Não sabem, sequer, que vivemos uma ditadura”. Foi a primeira vez na vida que ouvi a palavra ditadura. Foi uma **palavra-avalanche** porque muitas outras a sucederam – golpe, tortura, prisão, emudecimento, subversivo, militantes, resistentes, alienados, censura, morte, desaparecidos, ...- e novos sentidos começaram a valer sobre minhas vivências. (Campos, 2024)

Segundo a Corte Interamericana de Direitos Humanos, 2010, o golpe militar de 1964 que derrubou João Goulart deu início a um período de 21 anos caracterizado

pela instalação de um aparelho de repressão que assumiu características de verdadeiro poder paralelo ao Estado”, e chegou ao seu “mais alto grau com a promulgação do Ato Institucional nº 5 em dezembro de 1968(...) Entre 1969 e 1974, produziu-se “uma ofensiva fulminante sobre os grupos armados de oposição.(...) Segundo a Comissão Especial, cerca de 50 mil pessoas teriam sido detidas somente nos primeiros meses da ditadura; cerca de 20 mil presos foram submetidos a torturas; há 354 mortos e desaparecidos políticos; 130 pessoas foram expulsas do país; 4.862 pessoas tiveram seus mandatos e direitos políticos suspensos, e centenas de camponeses foram assassinados. (CIDH, 2010.páginas 31 e 32)

Circula, pois, no nosso país um enorme contingente humano de afetados pela ditadura, quer seja os afetados diretos que sofreram a tortura, a prisão, o exílio, quer seja seus familiares e todas as pessoas de suas relações³. São as vítimas contemporâneas. A figura da vítima marca o discurso contemporâneo sobre a violência, como forma de reconhecimento social do sofrimento, que se define pela noção de direitos (Sarti, 2011). Essa figura emerge na contemporaneidade, segundo Wieviorka (2005), quando o discurso sobre a violência se volta para o sujeito que a sofreu, a partir de uma noção afirmativa desse sujeito como um sujeito de direitos. Esse olhar para o sujeito, que é um sujeito cidadão, vem do reconhecimento de uma violência cujo agente é o próprio Estado, daquele que precisamente tem a função de proteger o cidadão tal como se lê em Vecchioli (2014).

Findo o regime ditatorial é necessário um modelo de justiça que pretende a reconciliação através da construção da memória e da verdade, com vistas a impedir que novas violações sistemáticas de direito humanos possam ressurgir, assim se estabelecem os quatro pilares da Justiça de Transição, 1) o binômio *memória e verdade*; 2)

³ Pessoalmente defendo que todos os indivíduos nascidos nas décadas da ditadura, mesmo sem parentes atingidos diretamente, são vítimas. (Campos, 2024 s. p)
(<https://appoa.org.br/correio/edicao/342/sumario/1417>)

a *reparação integral*; 3) a *reforma das instituições*; e 4) a *responsabilização ou justiça*, e que também pode ser explicitado na expressão *persecução aos violadores de direitos humanos*. (Souza, Pereira, 2021, p. 11)

Derivam destes pilares as diversas organizações de vítimas que pleiteiam reconhecimento público e políticas de memória, cuja função extrapola o reconhecimento relativo ao indivíduo estendendo-se ao espaço público para que se ressignifique o passado ausente. Estas se traduzem pela ideia que somente mantendo viva a memória se poderá não repetir a história. No dizer de Moreira da Silva Filho, 2009

O Direito à Memória também alerta para a prioridade ética que deve ser dada ao testemunho das vítimas, pois é através da sua memória, ainda que representada no silêncio e na dor, que a sociedade poderá melhor conhecer a dimensão das violências praticadas com o apoio ou diretamente pelo Estado. (p.1)

No caso do Brasil, para Fernandes, 2022, somente em 1995 com a Lei 9.140/95, que ficou conhecida como Lei de Mortos e Desaparecidos se tem início as políticas de memória. Levaria mais sete anos para o segundo grande marco das políticas de memória no país: a criação da Comissão de Anistia, em 2002.⁴ Ainda, segundo o referido autor, foi em 2007, já com 29 anos de redemocratização, que as políticas de memória viriam ganhar gás:

quando Paulo Abrão assumiu a presidência da Comissão de Anistia e implementou uma série de reformas que permitiram desvincular a ideia de reparação das vítimas da ditadura de um cunho até então estritamente monetário. Este é um momento que Glenda Alves (2009) chama de virada hermenêutica da Comissão de Anistia, quando nomes da antiga militância de resistência à ditadura passam a ocupar cargos estratégicos no segundo governo Lula, com destaque para a até então Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, o Ministro da Justiça, Tarso Genro, e o Secretário Especial de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi. (. P.3)

Outro dispositivo legal e operacional instituído pela lei n. 12.528/11 foi a Comissão Nacional da Verdade – CNV⁵, esta última buscou apurar graves violações aos

⁴ Lei 10.559/2002: A Comissão de Anistia, é órgão de assessoramento direto e imediato do Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, tendo por finalidade específica analisar os requerimentos de anistia que tenham comprovação inequívoca dos fatos relativos à perseguição sofrida, de caráter exclusivamente política, bem como emitir parecer opinativo sobre os requerimentos de anistia, no sentido de assessorar o Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania.

⁵ CNV é órgão de assessoramento direto e imediato do Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, tendo por finalidade específica analisar os requerimentos de anistia que tenham comprovação

direitos humanos praticadas pelo Estado brasileiro entre 1946 e 1988, detendo-se especialmente nos 21 anos da ditadura iniciada em 1964. Assim, duas comissões trabalham no sentido de pôr em vigor os pilares da transição e as dificuldades que encontram é demonstrativo do jogo de forças que está em disputa no campo social.

Considerando a fragilidade do arsenal jurídico nacional, as vítimas apelaram e apelam à Corte Interamericana de Direitos Humanos. O pronunciamento do referido tribunal no caso *Julia Gomes Lund e outros vs Brasil (guerrilha do Araguaia)*, é considerado o marco para a instalação da reparação psíquica dos afetados pela ditadura cívico-militar brasileira⁶. Eis, então, que a reparação psíquica emerge como o quinto pilar da Justiça da Transição, conforme o dizer de Abrão, (2014, p. 15), determinando que o Ministério da Justiça do Brasil, por meio da Comissão de Anistia, lance em 2012/2013 o projeto Clínicas do Testemunho. Foram dois editais que selecionaram instituições clínicas para o atendimento psicológico às vítimas. A Rede Nacional Clínicas do Testemunho, inicialmente foi composta pelo Instituto Sedes Sapientiae, Instituto Projetos Terapêuticos (ambos de São Paulo), o Instituto Projetos Terapêuticos do Rio de Janeiro e a Sigmund Freud Associação Psicanalítica, de Porto Alegre. Para o segundo edital havia a destinação de recursos da ordem de R\$ 1,4 milhão para o biênio 2016/2017. (...) financiado pelo Fundo Newton (British Council) do governo britânico. Neste edital novas instituições participaram, sendo que o Instituto APPOA, da Associação Psicanalítica de Porto Alegre assumiu a sustentação do projeto no RS.

As Clínicas do Testemunho marcam a ideia de que o Estado brasileiro produziu tortura e outras formas de repressão que atingem o psiquismo das vítimas, formando o que se denomina trauma psíquico. As vítimas da violência estatal precisam de uma escuta

inequívoca dos fatos relativos à perseguição sofrida, de caráter exclusivamente política, bem como emitir parecer opinativo sobre os requerimentos de anistia, no sentido de assessorar o Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania. Compuseram-na durante todo o seu período de funcionamento – de 16 de maio de 2012 a 16 de dezembro de 2014 – os conselheiros José Carlos Dias, José Paulo Cavalcanti Filho, Paulo Sérgio Pinheiro e Rosa Maria Cardoso da Cunha e Maria Rita Kehl, (Note-se a presença desta que é uma psicanalista.)

⁶ A Corte considera, como o fez em outros casos, que é necessária uma medida de reparação que ofereça um atendimento adequado aos sofrimentos físicos e psicológicos sofridos pelas vítimas. Portanto, o Tribunal considera conveniente dispor que o Estado preste atendimento médico e psicológico ou psiquiátrico, de forma gratuita e imediata, adequada e efetiva, por meio das instituições públicas especializadas de saúde, às vítimas que assim o solicitem. Para isso, deverão ser levados em conta os sofrimentos específicos dos beneficiários, mediante a realização prévia de uma avaliação física e psicológica ou psiquiátrica. Os respectivos tratamentos também deverão ser prestados no Brasil pelo tempo que seja necessário e incluir o fornecimento gratuito dos medicamentos que eventualmente requeiram.

que seja alicerçada na ideia da não patologização (que significa retirar do indivíduo qualquer pecha ou rótulo a respeito da sua integridade mental) para que tenha lugar a construção da memória coletiva, que por sua vez rompe com o silenciamento/isolamento social. As Clínicas do Testemunho se efetivaram em três eixos de ação: a capacitação de profissionais para essa especificidade clínica e a frente de atendimento clínico (individual e grupos de testemunho) e a produção de insumos para a memória coletiva (vídeos, filmes, documentários, etc. No RS surge o dispositivo Museu das Memórias(in)possíveis) e a coletânea didática Arquivos da Vovó Alda),

Podemos destacar dois pontos que alicerçam esse fazer clínico: necessidade de romper o silêncio/isolamento que as vítimas vivem, assim, a ideia de que “para poder relatar seus sofrimentos, uma pessoa precisa antes de mais nada encontrar uma escuta” (Pollak,1989 p. 6) leva a pensar na escuta não somente individual, como no setting clássico da Psicanálise, mas na sua esfera clínico-política que se dá privilegiadamente em grupos de testemunhos. Lidando especificamente com a história oral, os grupos das Clínicas do Testemunho enfatizaram o trabalho de lembrar e narrar sua experiência como uma via para a reparação psíquica. Nesse ponto, tomando Halbwachs temos;

A lembrança é sempre fruto de um processo coletivo, na medida em que necessita de uma comunidade afetiva, forjada no "entreter-se internamente com pessoas" característico das relações nos grupos de referência. Esta comunidade afetiva é o que permite atualizar uma identificação com a mentalidade do grupo no passado e retomar o hábito e o poder de pensar e lembrar como membro do grupo. (Schmidt, Mahfoud,1993, p. 288).

se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a de outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse começada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias (p.25). (Halbwachs 1990, apud Schmidt, Mahfoud, 1993, p.290).

Em 2015, por ocasião do lançamento do segundo edital do Projeto Clínicas do Testemunho, Amaralis Tavares, diretora da Comissão de Anistia, apresenta um “balanço” do trabalho:

já realizaram mais de 4.000 atendimentos a afetados pela violência de Estado, capacitaram mais de 600 profissionais na temática da reparação psíquica e atingiram 2 mil pessoas em eventos e debates públicos. (Tavares,2015, s.p)

O presente artigo se deterá, de agora em diante, na descrição de caráter etnográfico das ações referentes a este segundo edital, mais especificamente na tentativa de interiorização das Clínicas do Testemunho no RS. Antes, porém, ainda cabe registrar que

as ações já se desenvolveram em clima de incerteza acompanhando as mobilizações que culminaram no impeachment de Dilma Rousef e modificações significativas nas Comissões da Anistia e da Comissão Nacional da Verdade já no governo de Temer⁷, tal como lemos em Conte

vivemos em ato a experiência da violência, uma vez que com o golpe do Temer o projeto foi interrompido, a Comissão de Anistia esvaziada e todos os implicados ficamos “no ar” e atônitos. No mesmo dia da reunião em que estávamos todos para pensar como fazer para finalizar um projeto que deveria sustentar política de Estado, tivemos o assassinato de Mariele Franco. Novamente a política de Estado que não se responsabilizava por seus mortos e seus cidadãos. (Conte, 2024.sp)

1. A interiorização

Aqueles que viveram violências pelas mãos do Estado não tem a opção de esquecer, deixar para trás, mesmo quando o querem desesperadamente. (Rieck, 2024)

Em 2 de abril de 2016 a Associação Psicanalítica de Porto Alegre promove a Jornada “Violências, deslocamentos: destinos incertos” na qual Barbara Conte profere a palestra “Tentação do mal e Clínicas do Testemunho”. Bárbara é membro da Sigmund Freud Associação Psicanalítica (SIG), com sede em Porto Alegre, instituição que respondera ao edital do Ministério da Justiça para a formação das Clínicas do Testemunho. “Em seu primeiro biênio, 2013-2015, o projeto foi sustentado pela SIG. Em sua segunda edição, passa a ser coordenado pelo Instituto Appoa, da Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA), com apoio da SIG.”

Foi neste evento que a autora ouviu, pela primeira vez, sobre a existência deste projeto do Ministério da Justiça. Alguns meses depois, por sugestão desta autora, houve o convite para “alguém” do Clínicas do Testemunho/POA viesse participar da semana acadêmica do curso de Psicologia, no campus universitário na cidade de Ijuí e , posteriormente, na mesma universidade mas no campus de Santa Rosa.

Atendendo nossa demanda compareceram Carlos Augusto Piccinini e Lisiane Miolina Leffa, ambos estavam na época atuando junto aos grupos de testemunhas que

⁷ para maior detalhamento ver <https://marcozero.org/nota-publica-do-movimento-por-verdade-memoria-justica-e-reparacao/>

foram formados com os afetados pela violência de Estado moradores em Porto Alegre e cidades próximas. Apresentaram os eixos de trabalho do programa Clínicas do Testemunho – Centros de Capacitação para Reparação Psíquica e Enfrentamento da Violência: (1.) Atendimentos individuais e grupais; (2.) Conversas públicas e seminários de capacitação a agentes públicos que trabalham junto ao campo da violência de Estado e à sociedade civil em geral; (3.) Produção de insumos para subsidiar políticas públicas neste campo. Dentro da aplicação metodológica do Projeto Clínicas do Testemunhos aquela que deveria ser uma palestra se fez uma Conversa Pública e, surpreendentemente, as pessoas se puseram a contar fatos vivenciados⁸. Assim, num caráter bastante informal e espontâneo, abriu-se uma série de testemunhos que não estávamos preparados para anotar, fotografar, registrar, mas que indicaram a presença de uma memória viva da violência ditatorial na cidade e região onde, segundo dados fornecidos pela Comissão Nacional de Anistia, 55 pessoas constavam como anistiados ou anistiandos. Os dados estatísticos condizem com o conhecimento sobre a região noroeste do estado do RS⁹, conhecimento formado pela escuta de conversas aqui e ali, nas mesas de bar que se formavam com estudantes e professores universitários no final da década de 70 e algumas coisas que se ouvia nas aulas da universidade, referida como centro comunista¹⁰.

Onde estão esses 55 anistiados? Onde se encontram para falar da experiência da militância, da resistência? E os seus descendentes, vizinhos, amigos, onde estão, o que dizem, o que lhes resta de dor? Não sabíamos as respostas, mas havia a disposição de dar voz aos que quisessem falar. Desde esse referido evento ampliamos o grupo de trabalho da universidade¹¹. Por outro lado, fomos consolidando a parceria com o Instituto APPOA que nessa época tecia

redes com o interior, tanto no que tange a alguns atendimentos realizados com pessoas que se dispuseram a se deslocar até a capital, bem como atividades realizadas junto a outros projetos com a temática

⁸ Falei de minhas lembranças do início da década de 70, do século XX, quando o pároco da igreja católica que eu frequentava fora preso por dar abrigo a frei Beto. Isso se deu em Porto Alegre.

⁹ vide a Operação Três Passos em Rippel, 2020.

¹⁰ A descrição densa desse contexto de falas que povoam minha memória será exposta na tese que estou elaborando.

¹¹ Dr. Maiquel Wermuth- bacharel em Direito, docente do programa de pós-graduação – mestrado e doutorado em Direitos Humanos; Dr. Ivo Canabarro, historiador, docente do PPG em Direitos Humanos; Ms. Jaeme Callai, historiador, docente do curso de História, Ms. Cristian Gilles, psicanalista, docente do curso de Psicologia, Dra. Luciane Veronese, psicanalista, docente do curso de Psicologia, Dr. Walter Frantz, pós-doutor em Ciências Sociais, docente do PPG em Ciências da Educação; Dr. Paulo Fensterseifer, graduado em Filosofia e Educação Física, docente do PPG em Educação nas Ciências; Dra. Maria Regina Johan, graduada em Artes, docente do curso de Artes.

da ditadura civil-militar. Essa estratégia foi nomeada como Interiorização”. (Inst. APPOA,2016, p.17)

A interiorização se articulava com movimentos da sociedade civil associados as universidades, em especial aqueles que se preocupavam em des-comemorar o GOLPE, tanto na cidade de Rio Grande – onde se deu o evento “Apesar de você – 50 anos mais um para descomemorar o golpe militar”, sediado na Fundação Universitária de Rio Grande (FURG)-, e Santa Maria onde em 2015 foi criada uma Comissão da Verdade junto à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A articulação do grupo de psicanalistas que sustentava o projeto CT com “Ijuí” alterou a estratégia de aproximação com outras comunidades, que passou a se dar via as Conversas Públicas e não mais por meio das ações de formação como cursos e atividades afins.

O início destas reformulações se deu a partir do convite da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), em Ijuí, para que o projeto Clínicas do Testemunho compusesse um espaço na semana acadêmica da faculdade de Psicologia, realizada no dia 5 de maio de 2016. Atividade que voltou a ocorrer na mesma universidade, mas na unidade de Santa Rosa. (Inst. APPOA,2016, p.17)

Ao mesmo tempo em que se consolidava a ideia de que deveríamos trazer o projeto CT para a região, víamos algumas dificuldades. A principal seria a de divulgar o trabalho, conhecedores que éramos que os sujeitos afetados até então não haviam apresentado publicamente uma demanda de reparação psíquica. Tal como amplamente tratado a respeito dos sobreviventes da Shoá, inferíamos que nossos conterrâneos viviam na balança entre o lembrar e esquecer, falar e emudecer, dadas as circunstâncias de ausência de políticas (públicas) de memórias amplamente divulgadas, também

Faz-se relevante constatar que igualmente no presente projeto, a partir de abril de 2017, passados, portanto, 16 meses de projeto, os números de inscritos e pessoas atendidas também aumentou significativamente, passando de 200 pessoas nos últimos meses. Podemos inferir a partir destes dados, que a adequada execução das metas dos projetos Clínicas do Testemunho não obedece a prazos estabelecidos previamente, justamente por requerer um trabalho inicial (**qualitativo e imaterial**) de aproximação, apresentação, estabelecimento de laços de confiança e transferência singulares, e seu tempo limitado de execução dificulta que se avalie o alcance e reconhecimento dos efeitos. (Turriani, 2017, p.15. grifo nosso)

Para a aproximação com a comunidade e fazer uma lenta e gradual penetração da temática da violência ditatorial na comunidade, entendemos que devíamos formatar um Simpósio, dispositivo que pudesse dar um trato acadêmico à temática e ao mesmo tempo preparar a população para a Conversa Pública. O I Simpósio “O sujeito diante da Violência”, aconteceu nos dias 24 e 25 de agosto de 2016. Durante esta programação tivemos palestras e testemunhos que apresentaremos abaixo. Cabe registrar que a repercussão deste primeiro Simpósio estimulou a realização do II Simpósio, seguindo a mesma configuração, ocorrendo em 5 e 6 de setembro de 2018¹². O primeiro simpósio foi acompanhado da Conversa Pública em 25 de setembro/2016 ano que foi realizada num sábado à tarde, num dos auditórios da universidade. Cerca de 60 pessoas compareceram e mais de dez delas quiseram narrar a sua experiência. A coordenação do projeto CT tinha apontado que a conversa deveria ser num local público (câmara de vereadores, prefeitura ou semelhante) nós, os locais, entendíamos que a universidade regional UNIJUI carrega uma história de envolvimento com o campo popular e não haveria constrangimento das pessoas em virem ali e também não havia articulação com os gestores municipais ou vereadores; inclusive um deputado estadual cuja família viveu anos exilada foi convidado a comparecer na Conversa Pública, mas declinou do convite. Os eventos – simpósio e conversa pública- foram realizados com apoio do Sindicato dos Professores, além dos segmentos parceiros da universidade.

Passaremos, agora a apresentar alguns testemunhos públicos que emergiram nos Simpósios (2016/2018) e na Conversa Pública de 2016.

“Trouxemos o professor da USP para fazer a capacitação de professores, tínhamos claro a necessidade de capacitar professores para o enfrentamento da realidade social. Finda a tarde de trabalho levei-o à minha casa. Quando jantávamos apareceu o comandante militar, trazia consigo o reitor da universidade e o professor emérito fundador da universidade , armas apontadas para as cabeças deles. Ameaça de matá-los caso escondêssemos o professor paulista. Este saiu de minha casa, sequestrado pelo exército. Muitos anos se passaram sem que dele tivesse notícia até que o encontrei num aeroporto. Contou-me o quanto fora torturado até que, felizmente, foi solto graças a ação de um outro militar que o conhecia.”(D.B, homem, docente da universidade, fundador do PT na cidade).

“Trabalhava aqui na universidade o professor ... Militante corajoso logo foi alvo de prisão (no quartel do exército da nossa cidade) e depois enviado ao centro do país. Nunca mais o vi, mas ele me telefonou

¹² Já com Temer ocupando a presidência da república e antevéspera da eleição presidencial que elegeu Bolsonaro.

algumas vezes, me contava que sofrera bastante. Eu sabia que era ele, ele sabia que eu sabia que era ele, eu não falava o nome dele e sequer ele me dizia quem era. “(JLC, homem, docente da universidade, membro ativo do PMDB).

“Eu era metalúrgico, sindicalista, na região metropolitana, fui perseguido e preso. Quando fui solto precisei buscar outra fonte de trabalho pois para a empresa não podia voltar. Me tornei um vendedor autônomo. Certo dia estou numa cidade e sou reconhecido por um primo meu. Ele me abordou, me chamou pelo nome... eu fiz que não o conhecia, neguei ser quem ele pensava que eu era... eu me reneguei e reneguei a meu primo. Nunca mais tive coragem de encontrá-lo.” (AC, homem, docente da universidade, dirigente do Pcdob local).

“Meu pai foi preso, não denunciou a seus companheiros de luta. Com a prisão dele que durou meses ficou difícil sobreviver, pois era ele quem sustentava a casa, era dentista. Era um homem alegre, me devolveram um pai triste, sempre de cabeça baixa. Seu consultório antes cheio de clientes agora as moscas. Era considerado um subversivo.” (CM, mulher, advogada, acadêmica do mestrado em Direitos Humanos).

“Levaram primeiro minha filha (de um ano de quatro meses), depois buscaram a mim e meu filho bebê (de 4 meses), fui levada ao campo de concentração... fiquei 8 e 9 anos sem vê-los... eles estiveram entre os 500 filhos desaparecidos... viemos ao Brasil como exilados e daqui denunciávamos o que aconteceu na Argentina ... Eu participei da condenação (em 2011) dos torturadores do campo de concentração onde eu estive por um mês e fui torturada...eles foram condenados a prisão perpétua, ficaram sem salário, sem nada...eles me torturaram” (Ana C, mulher, professora aposentada, argentina, mãe/ avó da Praça de Maio).

Numa brevíssima análise dos fragmentos de falas podemos dizer que esses testemunhos carregam a dor do imaterial típica das situações traumáticas, as falas mostram as feridas que insistem na memória : Ana C recuperou seus filhos e viu condenados seus torturadores, mas mesmo o tempo tendo passado não consegue esquecer; AC constituiu família, tem netos, escreveu um livro de memórias que faz circular entre os militantes de seu partido, mas chora quando lembra do encontro com o primo e da família de tios que nunca mais procurou; JLC embarga a voz ao falar de seu amigo que nunca mais teve coragem de se anunciar pelo próprio nome; Cm ainda chora o pai triste que voltou da prisão. Diante dessas falas nos resta entender que são resultado de uma política de anistia/esquecimento¹³, tal como nos diz Rieck, 2024, ao localizar na

¹³ Em 2014 lemos que “Finalmente, está sendo construído na cidade de Belo Horizonte o primeiro local de memória federal dedicado às vítimas da ditadura: o Memorial da Anistia Política, onde, acompanhados de uma instalação museográfica interativa, serão colocados à disposição do público geral os arquivos da Comissão de Anistia, uma das mais amplas documentações existentes sobre a ditadura civil-militar brasileira. (SIG, 2014, P.18). Cinco anos depois a notícia mostra o desmonte do projeto de memória: Memorial da Anistia, que já custou R\$ 28 mi, será cancelado, diz Damares, Ministra atribui decisão à falta de dinheiro para a obra após remanejamento orçamentário e afirma que prioridade da pasta é analisar os

ausência de julgamentos e atribuição de dolo aos perpetradores dos crimes de violência de estado a razão para que as vítimas sigam sangrando pelo abandono e falta de inscrição na cultura.

Nesse aspecto, vale lembrar que foi instituído em agosto o dia do desaparecido político, porém não há ato de governo neste sentido, não há monumentos em honra aos militantes e a resistência. “Esqueceram” de cumprir as determinações das cortes internacionais.

Indurski, 2024, afirma que há uma lógica comunicativa que silencia o ponto de vista do outro que se dá por “gestos de silenciamento” e, por conseguinte constituiu-se a política do esquecimento. A ela se contrapõem os gestos de resgate da memória que fazem emergir o oculto.:

Nesta esteira, consideramos que os simpósios realizados na pequena cidade do interior do RS foram gestos de resgate da memória. De qual memória estamos falando: falamos de uma memória que é ao mesmo tempo individual e coletiva, Ao ouvir e falar se cria um elo entre os sujeitos, “ se faz um país”. Uma memória formada pelas vivências daqueles que não compactuaram com o regime ditatorial, mas que mesmo em tempo de democracia seguem numa posição não hegemônica, talvez silenciados pela “reconciliação nacional” pactuada sob a égide do esquecimento. Tudo estava ali vivo na lembrança de todos os que falaram e até mesmo dos que, naqueles dias de Simpósios e conversa pública, estiveram ouvintes, calados, mas ruminaram lembranças e nos procuraram para dizer alguma coisa, contar algum fato. Foi o caso da estudante de Psicologia que após ouvir Ana C. CK é uma mulher que vive na cidade de Porto Mauá (na fronteira Brasil/Argentina) portanto, tal como Ana C, é uma mulher que transita entre as fronteiras. CK se pôs a indagar seus pais se havia entre familiares pessoas envolvidas na resistência (ou na repressão) quer do lado brasileiro ou argentino da família. Tanto perguntou, tanto associou as lembranças da infância, que concluiu que uma prima passou a viver na sua casa porque seus pais estiveram presos na Argentina. A tia teria voltado muito magra e bastante triste e o tio nunca mais apareceu. Todos emudecidos, silenciados, tanto do lado de cá (Brasil) quanto do lado de lá do rio Uruguai (Argentina).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

El "hombre desnudo" no existe, ya que no hay individuo que no lleve el peso de su propia memoria sin que esté mezclada con la de la sociedad a la que pertenece. (Candau ,2002,p. 66)

Este trabalho foi escrito com o propósito de trazer a esta Reunião Brasileira de Antropologia uma breve apresentação da etnografia que estamos produzindo em relação a gestão do sofrimento das vítimas de violência no Brasil. Neste recorte, nossos contemporâneos são vítimas da repressão ditatorial que caracterizou os 21 anos de governo militar e que ainda disputam terreno por reconhecimento de sua condição de sofrimento. Procuramos mostrar que a Justiça de Transição tem seus pilares articulados entre si, porém no que tange a memória e a reparação psíquica não há comprometimento do Estado em cumprir as determinações das cortes internacionais. A reparação psíquica não emergiu como uma política pública e , portanto disseminada por todo o país, mas os editais de inscrição das instituições clínicas previram a capacitação de servidores públicos para a escuta dos afetados pela violência. As Clínicas do Testemunho foram “abortadas” no seu quarto ano de funcionamento, funcionamento este que atingia alguns pontos deste imenso país, muito longe de contemplar o contingente populacional de vítimas.

A experiência de interiorização do Projeto Clínicas no RS, na especificidade das articulações surgidas na cidade de Ijuí e região, se mostrou produtiva a medida que muitos aceitaram aos convites para falar e que muitos se sentiram convocados a vir para ouvir os outros falar constituindo assim uma linha de transmissão intergeracional/transgeracional de memórias.

Referências

ABRÃO, Paulo. Prefácio. In: SIG- Sigmund Freud Associação Psicanalítica **Clínicas do testemunho: reparação psíquica e construção de memórias** / Sigmund Freud Associação Psicanalítica [Org.] ; ilustração de Enio Squeff . – Porto Alegre : Criação Humana, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/central-de-CONTEUDO_legado1/anistia/anexos/livro-clinicas-do-testemunho.pdf

BRASIL. Lei Nº 9.140 DE 04 DE DEZEMBRO DE 1995. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=9140&ano=1995&ato=474ITUq5UeJpWTf0b>

BRASIL. **LEI Nº 6.683, DE 28 DE AGOSTO DE 1979.** Disponível em:
http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%206.683-1979?OpenDocument.

CAMPOS, Iris Fátima Alves. Viver, resignificar, resistir. In: APPOA. Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Memória e Testemunho:60 anos da ditadura civil-militar no Brasil. **Correio da APPOA**. vol. 11 n. 4 junho/2024.Porto Alegre. Disponível em:
<https://appoa.org.br/correio/edição/342/sumario/1417>

CANDAU, Joel. Antropologia de la memoria. Buenos Aires. Nueva Visión. 2002. Pdf

CIDH -CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Gomes Lund e Outros ("Guerrilha do Araguaia") versus Brasil.** Sentença de 24 de novembro de 2010. Disponível em:
https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf.

Acesso em: 7 jul. 2024

CONTE, Barbara De Souza. Qual clínica diante da violência de Estado? 2024. PRELO.

FERNANDES, Filipe Botelho Soares Dutra. **O início do fim: os ataques do governo temer à comissão de anistia e o início do desmonte das políticas de memória no brasil.** IN: XVI Encontro Estadual de História da ANPUH – RS,2022, Porto Alegre. Anais. Disponível em: https://www.eeh2022.anpuh-rs.org.br/resources/anais/12/anpuh-rs-eeh2022/1661277864_ARQUIVO_b19cda024d3c695a82e3d9a89e745932.pdf

INDURSKY, Freda. Política de memória como forma de intervenção e resistência. In: APPOA. Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Memória e Testemunho:60 anos da ditadura civil-militar no Brasil. **Correio da APPOA**. vol. 11 n. 4 junho/2024.Porto Alegre. Disponível em:

<https://appoa.org.br/correio/edição/342/sumario/1417>

INSTITUTO APPOA. Relatório final de execução da segunda edição do Projeto Clínicas do Testemunho RS. **Instituto APPOA**, Convênio 820813/2015.Porto Alegre, 2016.

MARCO ZERO. Nota pública do movimento por verdade, memória, justiça e reparação. 8.9.2026. Disponível em: <https://marcozero.org/nota-publica-do-movimento-por-verdade-memoria-justica-e-reparacao/>

POLLAK, Michael Memória, esquecimento. Silêncio. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2. n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em:
<https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278/1417>

RIBEIRO, Marcia Helena de Menezes. NUNES, Otávio Augusto Winck. Apresentação. In. Instituto APPOA. Clínicas do Testemunho RS e SC. **Por que uma clínica do testemunho? / Clínicas do Testemunho RS e SC.** Porto Alegre:, 2018. 304 p. ISBN 978-85

RIECK, Maíra Brum. Coleção de Testemunhos. In: APPOA. Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Memória e Testemunho:60 anos da ditadura civil-militar no Brasil. **Correio da APPOA.** vol. 11 n. 4 junho/2024.Porto Alegre. Disponível em:

<https://appoa.org.br/correio/edição/342/sumario/1417>

RIPPEL, Leomar. Operação Três Passos (1965): movimento de insurreição e resistência contra a ditadura militar brasileira. 2020.250 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2020.

SARTI, C.. A vítima como figura contemporânea. **Caderno CRH**, v. 24, n. 61, p. 51–61, jan. 2011. <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/6ssn5qbWRPcryFFqvb6TyQ>

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. **Psicol. USP**, São Paulo , v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993 . Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771993000100013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 07 jul. 2024.

SIG. SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA. **Clínicas do testemunho: reparação psíquica e construção de memórias** / Sigmund Freud Associação Psicanalítica [Org.] ; ilustração de Enio Squeff . – Porto Alegre : Criação Humana, 2014. https://www.gov.br/mj/pt-br/central-de-conteudo_legado1/anistia/anexos/livro-clinicas-do-testemunho.pdf

SILVA FILHO, J. C. M. Dever de memória e a construção da história viva: a atuação da Comissão de Anistia do Brasil na concretização do direito à memória e à verdade. In: PADRÓS, E. S. et. al. (Orgs.). A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. v. 4. Porto Alegre: Corag, 2009.
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4306416/mod_resource/content/1/Dever_de_Memoria_e_a_construcao_da_Histo.pdf

SOUZA Cláudio Macedo de. PEREIRA Rafael. Os pilares da justiça de transição no brasil: uma abordagem dos aspectos históricos de impunidade, de violência e de

exploração. **Revista DIREITO UFMS** | Campo Grande, MS | v. 7 | n. 2 | p. 7 - 29 | jul./dez. 2021

TAVARES, Amarilis. **Comissão de Anistia Lança II Chamada Pública do Projeto Clínicas do Testemunho**. Agência Câmara de Notícias. Brasília. 25/06/2015

17h43Disponível

em:

<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/comissao-de-anistia-lanca-ii-chamada-publica-do-projeto-clinicas-do-testemunho>.

TURRIANI, Anna (Coord.) Clínicas do Testemunho nas Margens / Anna Turriani, Anita Vaz, Kwame Yonatan, Laura Lanari, Pedro Obliziner, Victor Barão Freire Vieira. – São Paulo: ISER, 2017.120 p. : ilISBN: 978-85-7619-021-9
<https://www.margensclinicas.org/images/publicacoes/clinicas-do-testemunho-nas-margens.pdf>

VECCHIOLI, Virginia. 2014. “Vítima” Em: Adelstein e Vommaro (ed) **Diccionario del léxico corriente de la política argentina**. Palabras en democracia (1983-2013). Ed. Universidad Nacional de General Sarmiento.

WIEVIORKA, M. Violência hoje. *Ciência & Saúde Coletiva*,v.11,p.1147-1153,2006.
<https://www.scielo.br/j/csc/a/4CfDkZpwwNtthSGPLzqZ9Rg/#>